

**HABEAS CORPUS Nº 557.711 - SP (2020/0009983-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : CLAUDINEI PAULA DA COSTA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CLAUDINEI PAULA DA COSTA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**CLAUDINEI PAULA DA COSTA** paciente neste habeas corpus, deduzido de próprio punho, alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de decisão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Revisão Criminal n. 0045916-96.2019.8.26.0000).

O *writ* foi interposto contra **decisão monocrática** de Desembargador do TJ/SP, contra a qual seria cabível agravo regimental (fls. 11-12).

Nesse contexto, não é possível o conhecimento do pedido, uma vez que, a teor do art. 105, II, "a", da CF, **não houve julgamento em última instância pela Corte antecedente**, a ensejar a inauguração da competência desta Corte. Esse é o entendimento da hodierna jurisprudência desta Corte:

[...]

1. É inviável o conhecimento do presente *mandamus*, uma vez que o impetrante se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF.

[...]

(**HC n. 315.608/PE**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 20/5/2015)

**PENAL. HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

**I. Não tendo a questão posta nos autos sido apreciada por Colegiado da Corte Estadual, é indevido o exame**

**do tema por este Superior Tribunal de Justiça, pois a questão deveria ter sido apresentada ao Tribunal a quo, por meio de recurso próprio e, uma vez exaurida a instância sem que obtida a tutela pleiteada, a tese poderia ser trazida a esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...]

III. Ordem não conhecida (**HC n. 225.079/BA**, Rel. Ministra **Alderita Ramos de Oliveira** (Desembargadora Convocada do TJ/PE), 6ª T., DJe 28/9/2012, destaquei).

Ademais, de acordo com as informações prestadas, a condenação já transitou em julgado com, inclusive, julgamento de ação revisional anterior.

Como bem salientou a Defensoria Pública, "o paciente ainda parece discordar da condenação e insiste na revisão do processo, da pena aplicada e da condenação sofrida. Situação que parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do *habeas corpus*" (fl. 86).

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Por não estar o paciente assistido por advogado, **intime-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, com representação nesta Corte Superior, para eventuais providências que entender cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**